

**CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, do \_\_\_\_\_, que fiz publicar  
no Diário desta Prefeitura Municipal  
a presente Lei, nos termos do Art. 19, II, CF.

Campinorte, 07 de Novembro de 2000.

**ESTADO DE GOIÁS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINORTE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**

DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO  
Secretário de Administração  
Decreto nº 001/2013

Lei nº 215 de 07 de Novembro de 2000.

**"Cria o CONSELHO MUNICIPAL DE  
EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE  
CAMPINORTE-GO., e dá outras  
providências"**

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINORTE-GO., no uso de suas atribuições legais e constitucionais, faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL, aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

ART. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Educação de Campinorte - Go., órgão público autônomo e com características de ordem consultiva, normativa, deliberativa e fiscalizadora dentro dos limites de suas atribuições e em harmonia com o Conselho Estadual de Educação e Conselho Federal de Educação. Colegiado constituído de representantes da sociedade civil organizada, caracterizado pela decisão participativa, por consenso ou votação.

ART. 2º - O Conselho Municipal de Educação dentro de suas funções apresenta as seguintes atividades:

Função Consultiva: Trata-se da função de aconselhar, de dar consultas, de emitir opiniões sobre um dado assunto, com objetivo de orientar o encaminhamento de soluções para tomada de decisões.

Função Deliberativa: Trata-se do exame de uma situação concreta, com vistas a uma decisão. É a análise de um problema, um fato ou uma questão, sob o enfoque da legislação interpretada e aplicada pelo Conselho. O Conselho deve avaliar as informações, hierarquizar alternativas e propor o melhor caminho à solução das questões surgidas no âmbito dos sistemas de ensino e das redes escolares.

Função Normativa: Trata-se da função de orientar e disciplinar a vida educacional por meio de normas, diretrizes, pareceres, indicações, resoluções, dentre outras.

## CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico a todos que fiz publicar  
no Diário desta Prefeitura Municipal  
o presente Decreto nº 07.11.2013, Art. 19, II, CF.

Campinorte, 07.11.2013

Ao Conselho Municipal de Educação compete legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação Estadual e Federal, no que couber.

Função Fiscalizadora: Trata-se da função de verificar se as disposições constitucionais, legais e normativa em matéria de educação estão sendo cumpridas de forma coerente pelos diferentes órgãos responsáveis pela execução da política educação em todas as esferas do Poder Público. A ação fiscalizadora concretiza-se na medida em que os seus resultados oportunizem o estabelecimento de procedimentos preventivos, a correção de falhas, e até a decisão sobre questões que impliquem em sanções.

ART. 3º - Ao Conselho Municipal de Educação compete:

- I - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;
- II - autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;
- III - elaborar o seu regimento interno;
- IV - aprovar calendário escolar de acordo com as peculiaridades locais;
- V - estabelecer parâmetros para elaboração das avaliações a serem aplicadas para classificação em qualquer série ou etapa exceto a primeira do ensino fundamental, independente de escolarização anterior.
- VI - zelar pelo acesso a política de progressão parcial e continuada, bem como pela preservação da sequência do currículo;
- VII - zelar pelo cumprimento da frequência estabelecida nos regimentos escolares;
- VIII - estabelecer um quantitativo adequado entre o número de alunos e o professor;
- IX - estabelecer um padrão mínimo de condições materiais para os estabelecimentos de ensino;
- X - aprovar a matriz curricular, garantindo a base nacional comum e a parte diversificada de acordo com a escolha da comunidade escolar;
- XI - aprovar as adaptações necessárias a adequação da oferta básica para a população rural;
- XII - sugerir o oferecimento do ensino religioso de caráter interconfessional;
- XIII - autorizar cursos e exames supletivos;
- XIV - baixar normas para atendimento aos educandos com necessidades especiais;



## CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico a todos que fiz publicar no placard desta Prefeitura Municipal a presente Lei, em 19, II, CF.

Campinorte, 07 11 2013

DE ADMINISTRAÇÃO  
Aprovado em 19/11/2013  
Decreto 001.2013

- XV - zelar pelo cumprimento das políticas de valorização dos profissionais da educação;
- XVI - estabelecer critérios para o exercício profissional de quaisquer outras funções de magistério;
- XVII - baixar normas para realização dos estágios, nos órgãos e estabelecimentos de ensino, aos alunos regularmente matriculados no ensino médio ou superior;
- XVIII - estabelecer critérios para o Poder Público Municipal recensear os educandos do ensino fundamental;
- XIX - estudar e sugerir medidas que visam a expansão e o aperfeiçoamento do ensino no Município;
- XX - traçar normas para o Plano Municipal de Educação;
- XXI - estabelecer critérios para a concessão de bolsas de estudos a serem custeadas com recursos municipais;
- XXII - promover sindicâncias, por meio de comissões especiais, em qualquer estabelecimento sob sua jurisdição, sempre que julgar necessária ou conveniente;
- XXIII - emitir pareceres sobre questões e assuntos de natureza pedagógica e educacional (convênios, acordos, contratos, auxílios, etc.) que lhe forem submetidos;
- XXIV - analisar, anualmente, as estatísticas do ensino e emitir opiniões e sugestões para os problemas detectados;
- XXV - zelar pela participação de toda comunidade no processo educacional;
- XXVI - manter intercâmbio com o Conselho Estadual de Educação e Conselho Federal de Educação.

ART. 4º - O Conselho Municipal de Educação será constituído por nove membros, respeitando a seguinte proporção:

- I - dois representantes da Secretaria Municipal da Educação e Cultura (portador de habilitação de nível superior);
- II - dois representantes dos professores (portador de habilitação de nível superior);
- III - um representante da Assistência Social (de preferência portador de habilitação de nível superior);
- IV - um representante do Conselho Municipal da Criança e Adolescente (de preferência portador de habilitação de nível superior);
- V - um representante da Saúde (de preferência portador de habilitação de nível superior);

Campinorte

07

DE ADMINISTRAÇÃO  
Secretaria de Administração  
Decreto 001.2013

VI - um representante dos Diretores Escolares ( portador de habilitação de nível superior);

VII - um representante dos pais e alunos (de preferência portador de habilitação de nível superior);

§ 1º - Cada membro titular do Conselho Municipal de Educação terá um suplente da mesma categoria representada.

§ 2º - O exercício do mandato de conselheiro do Conselho Municipal de Educação é considerado serviço público relevante e não remunerado.

ART. 5º - Os membros do Conselho Municipal de Educação terão mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzido uma única vez.

§ 1º - O mandato de conselheiro terá início no dia 01/01/2001 com término em 31/12/2002.

§ 2º - A renovação de mandato de Conselheiro do Conselho Municipal de Educação será realizada de dois em dois anos assegurando a permanência de 1/3 dos membros.

§ 3º - Necessitando um conselheiro afastar-se por prazo superior a 06 (seis) meses, será designado pelo Conselho Municipal de Educação, um substituto enquanto durar seu impedimento.

ART. 6º - Os membros do Conselho Municipal de Educação serão nomeados e empossados pelo Poder Executivo Municipal no prazo de 60 (sessenta) dias após a escolha e indicação dos conselheiros pelos devidos segmentos.

§ 1º - Os membros para compor o Conselho Municipal de Educação deverão ser escolhidos e indicados pelos devidos segmentos 90 (noventa) dias após aprovação desta Lei.

ART. 7º - Ocorrendo vaga no Conselho Municipal de Educação, será nomeados um novo membro que completará o mandato.

ART. 8º - Os membros do Conselho Municipal de Educação deverão residir no Município de Campinorte.



ART. 9º - A função de conselheiro é de relevante interesse público e o seu exercício tem prioridade sobre o de outra função pública.

ART. 10º - O Conselho Municipal de Educação terá sua sede em dependências cedidas, para este fim, pelo Poder Público Municipal.

ART. 11º - O Conselho Municipal de Educação realizará as reuniões de acordo com o estabelecimento em seu regimento interno, atendendo um mínimo de 06 (seis) reuniões por semestre.

ART. 12º - As despesas de transporte e hospedagem dos membros do Conselho Municipal de Educação, se e quando ocorrerem, serão ressarcidas pelo Poder Público Municipal.

ART. 13º - O Conselho Municipal de Educação contará com materiais e equipamentos para o atendimento de seus serviços técnicos e administrativos, cedidos e/ou doados pelo Poder Público Municipal.

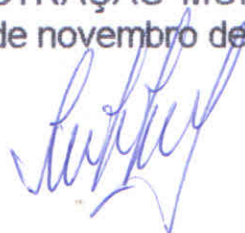
ART. 14º - O Conselho Municipal de Educação contará com pessoal de apoio técnico e administrativo, cedido do quadro funcional, pelo Poder Público Municipal para o desempenho de suas atividades.

ART. 15º - O Poder Público Municipal destinará no orçamento recursos próprios para o funcionamento do Conselho Municipal de Educação.

ART. 16º - O Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação deverá ser elaborado e aprovado pelo próprio Conselho de acordo com as normas básicas para a efetiva instalação e funcionamento, e homologado pelo Poder Público Municipal no prazo de 90 (noventa) dias após a posse dos Conselheiros.

ART. 17º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 0205, de 04 de abril de 2000.

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE CAMPINORTE - GO., aos 07 dias do mês de novembro de 2000.



**CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO**  
Certifico a todos que fiz publicar  
no dia 07 de novembro de 2000 a Lei nº 0205, de 04 de abril de 2000, que altera o Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação, em conformidade com o disposto no art. 19, II, CF.  
Campinorte, 07/11/2000

Assinatura:   
Carimbo:   
Secretaria de Administração